



## CONTRATO DE ENCOMENDA TECNOLÓGICA Nº 001/2021–SUDERF

**CONTRATO DE ENCOMENDA TECNOLÓGICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS, A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA E A FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA.**

O **ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio da **Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis - SUDERF**, com sede no Centro Administrativo do Governo, situado na Rodovia José Carlos Daux, nº 4.600, Bairro João Paulo - Florianópolis/SC - CEP 88030-000, inscrito no CNPJ sob o nº 21.974.384/0001-13, doravante denominado **1º PARCEIRO**, neste ato representado pelo seu Superintendente-Geral, Sr. **Thiago Augusto Vieira**, portador do CPF 036.150.249-40, RG 3455854/SSP/SC, a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**, pessoa jurídica de direito público, autarquia federal, inscrita no CNPJ sob nº 83.899.526/0001-82, com sede no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, bairro Trindade, em Florianópolis/SC, 88040-900, doravante denominada **CONVENENTE**, representada neste ato pelo seu Reitor, **Professor Ubaldo Cesar Balthazar**, CPF nº 169.288.149-34, RG nº 123752 /SSI/SC, **2º PARCEIRO**, e a **Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina – FEESC**, Fundação Privada, denominada Fundação de Apoio, situada na Rua Delfino Conti, s/n. Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima – Trindade - Florianópolis/SC - CEP: 88.040-370, inscrita no CNPJ sob nº 82.895.327/0001-33, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, **Sr. Luiz Felipe Ferreira**, portador do CPF: 675.140.309-72, doravante denominado **3º PARCEIRO**, firmam o presente Instrumento de Contrato de **ENCOMENDA TECNOLÓGICA**, autorizado pelo **Processo SUDERF 0028/2020**, que será regido pelas normas legais vigentes no Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Emenda Constitucional nº 85/15, Lei nº 10.973/2004, Lei nº 13.243/2016, Decreto nº 9.283/2018 e Lei nº 8.958/1994), que deverá ser executado com estrita observância das seguintes cláusulas e condições:



I. O Art. 20 da Lei nº 10.973/2019, regulamentada pelo Decreto nº 9.283/2018, prevê a possibilidade de Órgãos da Administração Pública, em matéria de interesse público, contratar diretamente ICT voltada para atividades de pesquisa e de reconhecida capacitação tecnológica no setor, visando à realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto, serviço ou processo inovador.

III. A encomenda tecnológica objeto do presente Contrato é de reconhecido interesse público e impacto sócio-econômico regional, uma vez que visa desenvolver um sistema metropolitano integrado de transporte público, incluindo sistema de gestão associada, aspectos de infraestrutura e tecnologia de bilhetagem e de combustíveis renováveis, a ser implantado pela Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis - **SUDERF**.

V. Aplicar-se-ão, de forma privilegiada e no que couber, as disposições da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública), da Lei nº 9.279 /96 (Lei de Propriedade Industrial), da Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos Autorais), da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) do Decreto nº 1.355/94 (Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT), da Lei nº 10.973/2004 (Lei de Incentivo à Inovação), Lei 13.243/2016 (Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação), do Decreto 9283/18 que a regulamenta e da Resolução nº 014/CUn/2002 de 25 de junho de 2002 que dispõe sobre a propriedade e a gestão de direitos relativos à propriedade intelectual no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina.



## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 O presente Contrato de Encomenda Tecnológica tem por objeto a execução do projeto de Pesquisa intitulado “Estudos para a Consolidação do Projeto do Sistema Integrado de Transporte Público Coletivo da Porção Continental da Região Metropolitana de Florianópolis”, a ser executado nos termos do Plano de Trabalho, Anexo I, visando à transferência de recursos financeiros, à gestão administrativa e financeira e à execução técnica das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação – PD&I.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA: DO PLANO DE TRABALHO

2.1 O Plano de Trabalho define os objetivos a serem atingidos com o presente Contrato, apresenta o planejamento dos trabalhos que serão desenvolvidos, detalha as atividades e as atribuições de cada um dos PARCEIROS, a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros, bem como o cronograma físico-financeiro do projeto, a fim de possibilitar a fiel consecução do objeto desta parceria, estabelecendo objetivos, metas e indicadores.

2.2 Respeitadas as previsões contidas na legislação em vigor, a UFSC, com a interveniência da Fundação de Apoio, executará as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, conforme o Plano de Trabalho, sob as condições aqui acordadas, sendo parte integrante e indissociável deste Contrato.

2.3 Na execução do Plano de Trabalho, a atuação dos PARCEIROS dar-se-á sempre de forma associada. Para tanto, os PARCEIROS indicam, na forma do item 3.1, seus respectivos Coordenadores de Projeto, que serão responsáveis pela supervisão e pela gerência das atividades correspondentes ao Plano de Trabalho.

2.4 Reaem sobre o Coordenador do Projeto, designado pela UFSC nos termos da alínea “b”, item 3.2, as responsabilidades técnicas e de articulação correspondentes.

2.5 Situações capazes de afetar sensivelmente as especificações ou os resultados esperados para o Plano de Trabalho deverão ser formalmente comunicadas pelos Coordenadores de Projeto ao setor responsável, aos quais competirá avaliá-las e tomar as providências cabíveis.



2.6 A impossibilidade técnica e científica quanto ao cumprimento de qualquer fase do Plano de Trabalho que seja devidamente comprovada e justificada acarretará a suspensão de suas respectivas atividades até que haja acordo entre os PARCEIROS quanto à alteração, à adequação ou ao término do Plano de Trabalho e à consequente extinção deste Contrato.

### **3 CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES**

3.1 São responsabilidades e obrigações, além dos outros compromissos assumidos neste **CONTRATO DE ENCOMENDA TECNOLÓGICA:**

#### **3.1.1 Da SUDERF:**

- a) Transferir os recursos financeiros acordados, segundo o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho, à Fundação de Apoio, por meio do aporte de recursos financeiros de sua responsabilidade;
- b) Colaborar, nos termos do Plano de Trabalho, para que o Contrato alcance os objetivos nele descritos;
- c) Manter atualizada toda a documentação legal, inclusive licenças dos órgãos correspondentes e os encaminhando - independentemente de solicitação - quando renovados ou atualizados à Fundação de Apoio.

#### **3.1.2 Da UFSC:**

- a) Realizar as atividades previstas no plano de trabalho;
- b) Prestar aos parceiros informações sobre situação de execução do Plano de Trabalho, nos termos deste Contrato, por meio de relatórios técnicos de acompanhamento e o relatório final;
- c) Responsabilizar-se única e exclusivamente por suas obrigações civis, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, em conformidade com as normas que regem a matéria.
- d) Manter, com os recursos do projeto e sob sua coordenação direta, pessoal de pesquisa e desenvolvimento, através de contratação pela CLT, bolsa ou estágio de pesquisa e desenvolvimento, disponível para a execução das atividades relativas a este Contrato e ao Plano de Trabalho, em número e com conhecimento técnico-científico suficientes.



### 3.1.3 Da FUNDAÇÃO DE APOIO:

- a) Aplicar os recursos repassados exclusivamente nas atividades relacionadas à consecução do objeto deste Contrato;
- b) Prestar à UFSC informações sobre os recursos recebidos e a respectiva situação de execução dos projetos aprovados, nos termos deste Contrato;
- c) Executar a gestão administrativa e financeira dos recursos transferidos para a execução do objeto deste Contrato, em conta específica;
- d) Monitorar, avaliar e prestar contas nos termos deste Contrato;
- e) Manter rigoroso controle das despesas efetuadas e dos respectivos comprovantes com vistas à prestação de contas da execução do objeto deste Contrato;
- f) Informar previamente a SUDERF os dados bancários e cadastrais necessários à realização dos aportes financeiros, cuidando para que a conta-corrente a qual serão destinados os recursos seja específica para o projeto executado em conformidade com este Contrato;
- g) Responsabilizar-se única e exclusivamente por suas obrigações civis, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, em conformidade com as normas que regem a matéria;
- h) Responsabilizar-se pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições e outros encargos porventura devidos em decorrência das atividades vinculadas a este Contrato;
- i) Manter, durante toda a execução deste Contrato, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a sua celebração, responsabilizando-se pela boa e integral execução das atividades ora descritas;
- j) Nas compras de bens e nas contratações de serviços, observar as regras do Decreto Federal nº 8.241/2014;
- k) Observar os princípios da legalidade, eficiência, moralidade, publicidade, economicidade, legalidade e impessoalidade, nas aquisições e contratações realizadas, bem como no desenvolvimento de todas as suas ações no âmbito deste Contrato;
- l) Manter registros contábeis, fiscais e financeiros completos e fidedignos relativamente à aplicação dos aportes recebidos da SUDERF por este Contrato, fazendo-o em estrita observância às normas tributário-fiscais em vigor e, especialmente, à legislação que instituiu contrapartidas em atividades de PD&I para a concessão de incentivos ou de benefícios dos



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DA  
GRANDE FLORIANÓPOLIS - SUDERF

quais a SUDERF seja ou se torne beneficiária;

m) Providenciar a remuneração dos colaboradores, conforme previsto em orçamento específico aprovado, em conformidade, ainda, com o art. 4º da Lei nº 8.958/1994;

n) Cumprir todas as normas pertencentes ao ordenamento jurídico brasileiro, em especial as trabalhistas, previdenciárias e tributárias derivadas da relação existente entre si e seus empregados e/ou contratados, durante a execução do Projeto objeto do Plano de Trabalho, de forma que não se estabelecerá, em hipótese alguma, vínculo empregatício entre esses empregados, funcionários, servidores ou contratados da Fundação de Apoio e da SUDERF, cabendo a Fundação de Apoio responsabilidade exclusiva pelos salários e todos os ônus trabalhistas e previdenciários, bem como pelas reclamações trabalhistas ajuizadas, e por quaisquer autos de infração, e ainda, fiscalização do Ministério do Trabalho e da Previdência Social a que a Fundação de Apoio der causa, com relação a toda a mão de obra por ela contratada em decorrência do presente Contrato.

3.2 Para orientar e acompanhar a execução deste Contrato, os PARCEIROS, neste ato, designam seus respectivos Coordenadores de Parceria, doravante denominados Coordenadores:

**a) Pela SUDERF:**

Nome: Luana Schmitt Montero

Matrícula: 604.691-6-02

Endereço: Rodovia SC 401 Num 4600, Bloco III 2º Andar, Saco Grande, Florianópolis/SC.

CEP: 88.032-000

E-mail: [sud erf@casacivil.sc.gov.br](mailto:sud erf@casacivil.sc.gov.br)

Telefone: (48) 3665-3356

**b) Pela UFSC:**

Nome: Bernardo Meyer

Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima - Trindade – Florianópolis – SC - Centro Socioeconômico (CSE) – Bloco C - Sala 013 - Caixa Postal 476

CEP: 88040-900

E-mail: [bernardo.meyer@ufsc.br](mailto:bernardo.meyer@ufsc.br)

Telefone: (48) 3721-2554







4.1.1 Do valor total repassado à Fundação de Apoio, para o gerenciamento dos recursos financeiros, a Fundação de Apoio receberá, a título de ressarcimentos dos custos operacionais, o valor de R\$ 51.792,94 (cinquenta e um mil, setecentos e noventa e dois reais e noventa e quatro centavos), a título de recolhimento, parcelas conforme o Cronograma de Desembolso que integra o Plano de Trabalho.

4.1.2 Do valor total repassado à Fundação de Apoio, para o gerenciamento dos recursos financeiros, a Fundação de Apoio deverá repassar à UFSC, por meio de depósito na conta única da união, o valor de R\$ 67.019,03 (sessenta e sete mil, dezenove reais e três centavos), a título de recolhimento, conforme previsto no Art.12 da Resolução nº 047/CUn/2014.

4.1.3 Os recursos financeiros, a serem transferidos pela SUDERF, serão obrigatoriamente movimentados pela Fundação de Apoio, por intermédio de conta bancária exclusiva, vinculada a este Contrato, em agência situada na cidade de Florianópolis/SC, cujos extratos integrarão as respectivas prestações de contas a serem enviadas à UFSC.

4.1.4 Os recursos financeiros destinados à execução das atividades relacionadas a este Contrato deverão ser aplicados em Conta Poupança ou Fundos lastreados pelo Governo Federal, cujos rendimentos deverão ser aplicados exclusivamente ao objeto deste Contrato;

4.2 Após execução total do projeto, havendo ainda saldos financeiros provenientes das receitas obtidas de aplicações financeiras, esses saldos deverão ser repassados à UFSC, por meio de depósito na conta única da união.

4.3 Após execução total do projeto, havendo ainda saldos financeiros remanescentes, os mesmos deverão ser repassados à UFSC, por meio de depósito na conta única da união.

4.4 Observadas as demais disposições previstas neste Contrato, os PARCEIROS acordam, desde já, que os valores mencionados no Plano de Trabalho são estimados com base nas premissas e termos especificados no mencionado Anexo.

4.5 Qualquer aumento ao orçamento do Plano de Trabalho executado por este Contrato, que torne necessário o aporte de recursos adicionais pela SUDERF deverá ser prévia e formalmente analisado e aprovado pelos PARCEIROS, devendo ser implementado tão somente após celebração de termo aditivo a este Contrato.

4.6 Os valores dos recursos financeiros previstos nesta cláusula poderão ser alterados por meio de termo aditivo, com as necessárias justificativas e de comum acordo entre os PARCEIROS, o que implicará a revisão das metas pactuadas e a alteração do Plano de





Trabalho.

4.7 A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ocorrer com o objetivo de conferir eficácia e eficiência às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

4.8 A execução financeira se dará conforme estabelecido no Plano de Trabalho, sendo outorgado ao Coordenador pela UFSC, o direito exclusivo de realizar alterações nos itens de despesa, sem necessitar de autorização da SUDERF, ficando tais alterações limitadas ao valor total repassado pela SUDERF e aos rendimentos previstos no item 4.1.4, desde que não incidam sobre os valores previamente estabelecidos no item 4.1.2. e desde que visem conferir eficácia e eficiência às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e ao alcance do objeto do presente Contrato.

4.9 A UFSC não responderá pela suplementação de recursos para fazer frente as despesas decorrentes de quaisquer fatores externos ao seu controle, como flutuação cambial e alterações nos valores de taxas escolares.

## **5 CLÁUSULA QUINTA – DO PESSOAL**

5.1 Cada PARCEIRO se responsabiliza, individualmente, pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias e tributárias derivadas da relação existente entre si e seus empregados, servidores, administradores, prepostos e/ou contratados, que colaborarem na execução do objeto deste Contrato, de forma que não se estabelecerá, em hipótese alguma, vínculo empregatício ou de qualquer outra natureza com a SUDERF e o pessoal do UFSC e da Fundação de Apoio, e vice-versa, cabendo a cada PARCEIRO a responsabilidade pela condução, coordenação e remuneração de seu pessoal, e por administrar e arquivar toda a documentação comprobatória da regularidade na contratação.

## **6 CLÁUSULA SEXTA: DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DA CRIAÇÃO PROTEGIDA**

6.1 Todo e qualquer ativo passível de registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI sob regime jurídico da Propriedade Intelectual, incluindo, sem se limitar, a patentes, marcas, desenhos industriais, indicações geográficas, programa de computador



e topografia de circuitos integrados, que estejam sob a posse de um dos partícipes e/ou de terceiros, que estiverem sob a responsabilidade de um dos partícipes, e que forem revelados entre dois ou mais partícipes, exclusivamente para subsidiar a execução do Projeto, continuarão a pertencer ao detentor, possuidor ou proprietário;

6.1.1 Caso alguma das Partes tenha conhecimento de direitos da propriedade intelectual de titularidade de terceiros cuja utilização seja necessária para a execução deste Projeto, deverá comunicar formalmente às demais Partes para que seja decidido sobre a obtenção da respectiva licença de uso.

6.2 Não poderão ser usados ativos de terceiros sem o prévio consentimento expresso do titular. O consentimento em questão deverá ser efetuado por escrito e indicar o caráter gratuito ou o valor de licença de uso, limite de tempo, bem como se esta licença é, ou não, exclusiva;

6.3 Os PARCEIROS figurarão como cotitulares de todos os direitos de propriedade intelectual decorrentes da TECNOLOGIA, na seguinte proporção, considerando a participação dos respectivos inventores no desenvolvimento da pesquisa:

a) SUDERF: 50%

b) UFSC: 50%;

6.4 Caberá à UFSC e a SUDERF conjuntamente requerer o depósito da referida TECNOLOGIA nos prazos estabelecidos pela legislação vigente, cabendo à PARTE GESTORA realizar a gestão das tratativas.

6.5. Os custos para a gestão da TECNOLOGIA serão arcados pela SUDERF. Os PARCEIROS ficam obrigados a fornecer cópias dos documentos que envolvam o(s) referido(s) pedido de depósito de patente.

6.5.1 Os PARCEIROS se comprometem a ceder procuração concernente ao depósito de patente, sempre que se faça necessário e solicitado.

6.6 Os PARCEIROS se obrigam a recíprocas comunicações sobre eventuais aperfeiçoamentos e /ou pesquisas realizadas sobre a TECNOLOGIA objeto deste CONTRATO, mantendo o sigilo necessário para a proteção de tal resultado.

6.7 A SUDERF e a UFSC garantirão, uma à outra, uma licença plena gratuita, irrevogável e irrestrita de uso e fruição da sua parte sobre a propriedade intelectual resultante do presente contrato.

6.7.1 A licença mencionada no item supra permite o uso por terceiros contratados pela



SUDERF desde que o resultado da propriedade intelectual seja aplicado exclusivamente nas atividades industriais e comerciais da SUDERF.

6.8 A TECNOLOGIA poderá ser transferida ou licenciada a terceiros, desde que em comum acordo entre as PARTES, por meio de instrumento jurídico próprio, contendo cláusulas de utilização, pagamento, gestão, uso de marcas e propriedade intelectual, inclusive acerca de aperfeiçoamentos realizados na TECNOLOGIA.

6.9 A PARTE GESTORA será responsável por liderar o processo de transferência ou licenciamento da TECNOLOGIA, da aplicação de atas em reuniões de negociações, termos de sigilo, da redação de contratos de licenciamento, de editais de divulgação - quando necessário, e do recebimento e repasse à outra PARTE dos royalties advindos da exploração da TECNOLOGIA.

6.10 As PARTES se comprometem a informar à outra PARTE acerca da existência de negociação que poderá resultar na transferência de tecnologia, sendo que toda negociação deverá ser comunicada e acompanhada pela PARTE GESTORA, havendo manifestação de interesse.

6.10.1 Os ganhos advindos da transferência ou licenciamento da TECNOLOGIA serão divididos entre as PARTES, na proporção especificada na Cláusula 6.3.

## **7 CLÁUSULA SÉTIMA: DA NÃO DIVULGAÇÃO E DAS PUBLICAÇÕES**

7.1 Os PARCEIROS concordam em não utilizar o nome do outro PARCEIRO ou de seus empregados em qualquer propaganda, informação à imprensa ou publicidade relativa ao Contrato ou a qualquer produto ou serviço decorrente deste, sem a prévia aprovação por escrito da parte referida.

7.2 Fica vedado aos PARCEIROS utilizar, no âmbito deste Contrato, nomes, símbolos e imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

7.3 Os PARCEIROS não poderão utilizar o nome, logomarca ou símbolo um do outro em promoções e atividades afins alheias ao objeto deste Contrato, sem prévia autorização do respectivo PARCEIRO sob pena de responsabilidade civil em decorrência do uso indevido do seu nome e da imagem.

7.4 No caso de autorização, conforme citada no item 7.3, as publicações, materiais de divulgação e resultados materiais, relacionados com os recursos do presente Contrato, deverão mencionar expressamente o apoio recebido dos PARCEIROS.



## **8 CLÁUSULA OITAVA: DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS E SIGILOSAS**

8.1 Para os efeitos desta Cláusula, considerar-se-á conhecimento, informação e/ou dado confidencial (doravante denominados genericamente de informação confidencial), toda informação de uma das partes, quer seja de natureza técnica, comercial ou outra qualquer, tais como know-how e informações relativas a tecnologia, clientes, planos de negócios etc., que não seja de conhecimento público, ou que seja comunicada a uma delas como sendo informação confidencial ou, ainda, que por sua natureza ou as circunstâncias em que foi revelada, deva ser tratada com informação confidencial, obedecidas as diretrizes e obrigações decorrentes das leis que regem o assunto.

8.2 Os PARCEIROS adotarão todas as medidas necessárias para proteger o sigilo das informações confidenciais recebidas em função da celebração, desenvolvimento e execução do presente Contrato, inclusive na adoção de medidas que assegurem a tramitação do processo, não as divulgando a terceiros, sem a prévia e escrita autorização do outro PARCEIRO.

8.3 Os PARCEIROS informarão aos seus funcionários e prestadores de serviços e consultores que necessitem ter acesso às informações e conhecimentos que envolvem o objeto do Contrato, acerca das obrigações de sigilo assumidas, responsabilizando-se integralmente por eventuais infrações que estes possam cometer.

8.4 Os PARCEIROS farão com que cada pessoa de sua organização, ou sob o seu controle, que receba informações confidenciais, assuma o compromisso de confidencialidade, por meio de assinatura de Termo de Confidencialidade.

8.5 Divulgação científica, por meio de artigos em congressos, revistas e outros meios, relacionada ao objeto deste instrumento poderá ser realizada mediante autorização por escrito dos PARCEIROS, e não deverá, em nenhum caso, exceder ao estritamente necessário para a execução das tarefas, deveres ou Contratos relacionados com a informação divulgada.

8.5.1 No caso previsto no item anterior, o PARCEIRO deverá solicitar autorização ao outro PARCEIRO, que por sua vez, deverá manifestar sua anuência, ou não, num prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento dos documentos a serem divulgados, fundamentando seu posicionamento.

8.5.2 Caso não ocorra a manifestação/autorização a que se refere item anterior no prazo





## 10 CLÁUSULA DÉCIMA: DO ACOMPANHAMENTO

10.1 Aos Coordenadores, indicados pelos PARCEIROS, competirá dirimir as dúvidas que surgirem na execução, no monitoramento, na avaliação e na prestação de contas e de tudo dará ciência às respectivas autoridades.

10.2 O Coordenador do projeto indicado pelo UFSC anotar, em registro próprio, as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, recomendando as medidas necessárias à autoridade competente para regularização das inconsistências observadas.

10.3 O acompanhamento dos projetos pelos Coordenadores não exclui nem reduz a responsabilidade dos PARCEIROS perante terceiros.

10.4 A impossibilidade técnica ou científica quanto ao cumprimento de qualquer fase do Plano de Trabalho, que seja devidamente comprovada e justificada, acarretará a suspensão de suas respectivas atividades até que haja acordo entre os PARTÍCIPES quanto à alteração, à adequação ou término do Plano de Trabalho e conseqüente extinção deste Contrato.

## 11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

11.1 O presente Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, prorrogáveis.

11.2 Este Contrato poderá ser prorrogado por meio de termo aditivo, com as respectivas alterações no Plano de Trabalho, mediante a apresentação de justificativa técnica.

## 12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS ALTERAÇÕES

12.1 As cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento poderão ser alteradas mediante celebração de termo aditivo.

12.2 A proposta de alteração, devidamente justificada, deverá ser apresentada por escrito, dentro da vigência do instrumento.

12.3 É vedado o aditamento do presente Contrato com o intuito de alterar o seu objeto, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente que o praticou.





12.4 São dispensáveis de formalização por meio de Termo Aditivo as alterações que importem em transposição, remanejamento ou transferência de recursos de categoria de programação para outra, com o objetivo de conferir eficácia e eficiência às atividades previstas no Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do valor total do projeto.

### 13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO MONITORAMENTO, DA AVALIAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1 Os PARCEIROS exercerão a fiscalização técnico-financeira das atividades do presente Contrato sendo:

- a) **Formulário de Resultado Parcial:** semestralmente, contados a partir do início da vigência deste **CONTRATO**, em conformidade com os indicadores estabelecidos no respectivo Plano de Trabalho; e
- b) **Formulário de Resultado Final e Prestação de Contas:** no prazo de até 30 (trinta) dias contados da conclusão do objeto deste Acordo, em conformidade com os indicadores e orçamento estabelecidos no respectivo Plano de Trabalho.

13.2 No Formulário de Resultado de que trata a subcláusula 13.1, deverá ser demonstrada a compatibilidade entre as metas previstas e as alcançadas no período, bem como apontadas as justificativas em caso de discrepância, consolidando dados e valores das ações desenvolvidas.

13.3 Caberá a cada PARCEIRO adotar as providências necessárias julgadas cabíveis, caso os relatórios parciais de que trata a subcláusula 13.2 demonstrem inconsistências na execução do objeto deste Acordo.

13.4 A prestação de contas será simplificada, privilegiando os resultados da pesquisa, e seguirá as regras previstas no artigo 58 do Decreto nº 9.283/2018.

### 14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA EXTINÇÃO DO ACORDO

14.1 Este Contrato poderá, a qualquer tempo, ser denunciado pelos PARCEIROS, nos termos do §2º do Art. 28 do Decreto nº 9.283/2018, devendo o interessado externar formalmente a sua intenção nesse sentido, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data em que se pretenda que sejam encerradas as atividades, respeitadas as obrigações assumidas com terceiros entre os PARCEIROS, creditando eventuais benefícios



adquiridos no período.

14.2 Prestados os esclarecimentos, os PARCEIROS deverão, por mútuo consenso, decidir pela rescisão ou manutenção do Contrato.

14.3 Decorrido o prazo para esclarecimentos, caso não haja resposta, o Contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de notificações ou interpelações, judiciais ou extrajudiciais.

14.4 O presente Contrato será extinto com o cumprimento do objeto ou com o decurso de prazo de vigência.

14.5 É vedada a subcontratação total do objeto do Contrato e a subcontratação parcial que delegue a terceiros a execução do núcleo do objeto contratado.

## **15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICIDADE**

15.1 A publicação do extrato do presente Contrato no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (DOE) é condição indispensável para sua eficácia e será providenciada pelo Contrato no prazo de até 20 (vinte) dias da sua assinatura.

## **16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS BENS**

16.1 Após execução integral do objeto desse Contrato, os bens patrimoniais, materiais permanentes ou equipamentos adquiridos serão revertidos à UFSC, diretamente ao campus envolvido, por meio de Termo de Doação.

## **17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS NOTIFICAÇÕES**

17.1 Qualquer comunicação ou notificação relacionada ao presente Contrato poderá ser feita pelos PARCEIROS/FUNDAÇÃO DE APOIO, por e-mail, fax, correio ou entregue pessoalmente, diretamente no endereço dos Coordenadores.

17.2 Qualquer comunicação ou solicitação prevista neste Contrato será considerada como tendo sido legalmente entregue:

17.2.1 Quando entregue em mãos a quem destinada, com o comprovante de recebimento;

17.2.2 Se enviada por correio, registrada ou certificada, porte pago e devidamente endereçada, quando recebida pelo destinatário ou no 5º (quinto) dia seguinte à data do despacho, o que ocorrer primeiro;



17.2.3 Se enviada por e-mail, desde que confirmado o recebimento pelo destinatário, ou, após transcorridos 5 (cinco) dias úteis, o que ocorrer primeiro. Na hipótese de transcurso do prazo sem confirmação, será enviada cópia por correio, considerando-se, todavia, a notificação devidamente realizada.

17.3 Qualquer dos PARCEIROS poderá, mediante comunicação por escrito, alterar o endereço do seu respectivo Coordenador para o qual as comunicações ou solicitações deverão ser enviadas.

## **18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS GARANTIAS**

18.1 Como garantia deste Contrato, a SUDERF obriga a realizar depósito bancário na conta-corrente, de que trata a Cláusula Quarta, em nome da Fundação de Apoio, no valor da primeira parcela estabelecida no Plano de Trabalho. Este depósito deverá ser efetuado no prazo de 60 (sessenta) dias úteis contados a partir da data de assinatura do presente Contrato, condicionado que a Fundação de Apoio informe os dados bancários da referida conta-corrente.

18.2 As atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação visando a execução do objeto do presente Contrato somente serão iniciadas após a confirmação do pagamento da primeira parcela prevista no Plano de Trabalho.

## **19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1 É livre o acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos documentos e às informações relacionados a esse Contrato, bem como aos locais de execução do respectivo objeto, ressalvadas as informações tecnológicas e dados das pesquisas que possam culminar com alguma inovação.

## **20 CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO**

20.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal de Florianópolis, Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste Contrato, nos termos do inciso I do artigo 109 da Constituição Federal.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DA  
GRANDE FLORIANÓPOLIS - SUDERF

E, por estarem justos e acordados, os Partícipes assinam o presente instrumento de forma digital, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, que também o assinam.

Florianópolis/SC, 13 de julho de 2021.

**Thiago Augusto Vieira**  
Superintendente-Geral da SUDERF  
(Assinado digitalmente)



Documento assinado digitalmente  
UBALDO CESAR BALTHAZAR  
Data: 17/07/2021 10:08:28-0300  
CPF: 169.288.149-34  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

**Ubaldo Cesar Balthazar**  
Reitor UFSC  
(Assinado digitalmente)



Documento assinado digitalmente  
Luiz Felipe Ferreira  
Data: 14/07/2021 16:46:20-0300  
CPF: 675.140.309-72  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

**Luiz Felipe Ferreira**  
Diretor Presidente da FEESC  
(Assinado digitalmente)

Testemunhas:

Nome: José Rafael Biff

CPF: 003.815.219-31

(Assinado digitalmente)



Documento assinado digitalmente  
Bernardo Meyer  
Data: 15/07/2021 16:36:06-0300  
CPF: 001.590.199-82  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Nome: Bernardo Meyer

CPF: 001.590.199/82

(Assinado digitalmente)



## Assinaturas do documento



Código para verificação: **WB67V3M6**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**JOSE RAFAEL BIFF** (CPF: 003.XXX.219-XX) em 20/07/2021 às 15:40:40

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:11:13 e válido até 13/07/2118 - 14:11:13.

(Assinatura do sistema)



**THIAGO AUGUSTO VIEIRA** em 20/07/2021 às 16:49:07

Emitido por: "SGP-e", emitido em 11/02/2020 - 14:11:58 e válido até 11/02/2120 - 14:11:58.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1VERVJGXzEyODY3XzAwMDAwMDI4XzMwXzlwMjBfV0I2N1YzTTY=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SUDERF 00000028/2020** e o código **WB67V3M6** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.